



**TE-SER Social Consultoria e Assessoria de Projetos Ltda.**  
**Rua Upamaroti, 1129/121 – Bairro Cristal**  
**Porto Alegre/RS CEP: 90.820-140**  
**CNPJ: 08.798.484/0001-78**  
**Inscrição Municipal: 510.834.26**

**Análise de Projeto Técnico Social – APT**  
**SALTO DO JACUÍ/RS**

**1. Identificação**

Programa: Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50	Contrato nº:
Ação/Modalidade: Construção de Unidades Habitacionais.	
Empreendimento: Programa Minha Casa Minha Vida em municípios com população até 50 mil habitantes.	
Localização/Município: Salto do Jacuí	UF: RS
Fonte de recursos: OGU - Orçamento Geral da União. SEHABS – Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Salto do Jacuí/RS	Regime de execução do PTTS: Empreitada Global
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí - RS	

**2. Prazos**

Obras: Doze meses	PTTS Treze meses
----------------------	---------------------

**3. Valores do Empreendimento (R\$)**

	OBRAS	PTTS	TOTAL
Repasse/Financiamento	1.000.000,00		1.000.000,00
Contrapartida (financeira) - Estado	120.000,00		120.000,00
Contrapartida (bens e serviços)	R\$ 38.355,00	R\$ 1.645,00	R\$ 40.000,00
Outros			
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.158.355,00</b>	<b>R\$ 1.645,00</b>	<b>1.160.000,00</b>

**4. População a ser beneficiada**

Nº de famílias 40	Nº de pessoas 128	Nº de mulheres Chefe de Família 35	Nº de famílias em situação de risco 00
Renda média familiar (em Salário Mínimo) 1 SM	Nº de idosos 02	Nº de pessoas com deficiência 03	

### 5. Análise da proposta

ANÁLISE DA PROPOSTA	Sim	Em parte	Não	Não se aplica
<b>5.1</b> Os dados apresentados/identificados permitem a caracterização da área de intervenção e entorno, sob os aspectos: localização geográfica, urbanístico, ambiental, infraestrutura, equipamentos comunitários e formatos associativos?		X		
<b>5.2</b> A justificativa apresentada está adequada com a modalidade de intervenção e as características da área e da população beneficiária?		X		
<b>5.3</b> Os objetivos definidos estão adequados às características da população, área e Programa?	X			
<b>5.4</b> As atividades do trabalho técnico social estão claramente apresentadas em cronograma?		X		
<b>5.5</b> As atividades estão em consonância com os objetivos do projeto?		X		
<b>5.6</b> As técnicas e instrumentos de intervenção estão adequados aos objetivos estabelecidos?		X		
<b>5.7</b> O prazo de execução do projeto técnico social está compatível com a complexidade da intervenção social?	X			
<b>5.8</b> A equipe técnica está adequada para execução do projeto?	X			
<b>5.9</b> Estão previstos formas e instrumentos para avaliação das atividades?		X		
<b>5.10</b> Os valores estão compatíveis e adequados às atividades e prazo previsto?			X	
<b>5.11</b> Os valores estão inseridos no cronograma físico-financeiro do empreendimento?			X	
<b>5.12</b> Foi apresentado Plano de Reassentamento?				X
<b>5.13</b> Foi apresentado Plano de Regulamento de Mutirão?				X
<b>5.14</b> Está prevista a realização de avaliação do trabalho técnico social pela comunidade?		X		
<b>5.15</b> Existem pendências/exigências (especificar no item 8).	X			



## 6. Origem dos dados e informações utilizadas para a análise:

- Plano de Trabalho
- Carta Consulta/Carta de intenção
- Fotos
- Pesquisa Socioeconômica
- Curriculum vitae do responsável técnico
- Croquis, plantas, etc.
- Quadro de composição de investimento
- Cronograma físico-financeiro
- Ficha Resumo Empreendimento
- Data da Visita: \_\_\_\_\_
- Volume operacional e/ou de engenharia
- Outros/ Especificar: PTTs

## 7. Manifestação técnica

O Projeto de Trabalho Social elaborado pelo Município de Salto do Jacuí/RS contempla a construção de 40 unidades habitacionais atendendo 128 pessoas (1,06% da população do município), através da parceria efetivada entre as esferas Federal, Estadual e Municipal. As casas serão construídas no loteamento habitacional do Bairro Cruzeiro.

Os beneficiários são famílias que ganham até R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) e que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, habitando em pequenas casas insalubres ou em casas de parentes.

O cadastramento da população beneficiária obedeceu aos critérios estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50 e Portaria nº 547/2011, do Ministério das Cidades contemplando idosos (20%), mulheres chefes de família e portadores de necessidades especiais. Quanto aos dados cadastrais, uma vez, que não tivemos acesso às fichas de cadastro, não foi possível perceber a realidade de cada um dos contemplados, assim nossa análise se baseia apenas nos dados que são descritos no projeto. Dentre eles a informação de que os beneficiários serão atendidos pelo serviço público local e que para elaborar este projeto foi realizada uma troca de informações, entre os agentes públicos e privados, garantindo que as ações estejam de acordo com as necessidades e prioridades destas famílias.

No que se refere à infraestrutura, observa-se que obedece ao que estabelece a Portaria nº 547/2011 do Ministério das Cidades e legislação municipal. Possui rede de abastecimento de água potável, rede de energia elétrica e esgoto, sendo que está prevista a construção de fossa séptica e sumidouro. É realizada coleta de lixo regularmente pelos serviços públicos da Prefeitura. Entretanto não encontramos nenhuma referência quanto a Transporte Coletivo.

As famílias do loteamento serão atendidas pelos serviços públicos da sede do município, Escolas públicas, creches, postos de saúde, CRAS, PSF, EMATER/ASCAR, CONSEPRO e COMHAB. Também existem entidades



comunitárias que darão suporte as ações locais, como Associações de Moradores e Grupo de Melhor Idade e Clube de Mães, onde as famílias poderão se integrar.

A parte do Projeto que trata dos objetivos está centrado em atividades de Saúde, Geração de trabalho e Renda e Educação Patrimonial e Ambiental. Sobre o aspecto da educação ambiental é importante observar que estas ações não sofram descontinuidade, em consonância ao que estabelece o Decreto nº 4.281/2002, que define que a educação ambiental deve ser permanente e continuada.\* Da mesma forma, as ações de geração de trabalho e renda que, conforme Dulce Cazzuni\*\* que deverão prever formação social e política, educação básica, capacitação ocupacional e profissional.

No que se refere à parte metodológica destacamos como necessário detalhar as etapas de trabalho e apresentar de que forma será executada prevendo os meios para atingir os objetivos do projeto.

Consideramos adequadas as ações propostas, assim como suficiente a equipe prevista para execução do trabalho social e o número de horas que irão trabalhar. No que se refere aos profissionais envolvidos no projeto, consideramos como positivo a formação de uma equipe multidisciplinar constituída por uma assistente social, psicóloga e uma biólogo. Por outro lado, não temos condições de verificar a experiência dos citados profissionais sem o respectivo currículo. E alertamos que o trabalho deverá ser feito de forma integrada, entre os diferentes profissionais, exercitando o diálogo, a escuta sensível e o vínculo com estas famílias. Conforme a citada Portaria nº 547/2011, item 16.5, o projeto de trabalho social deve ser elaborado e coordenado por profissional com formação compatível e experiência comprovada em ações de desenvolvimento comunitário.

As parcerias projetadas envolvem a esfera municipal com atividades que serão realizadas sob a responsabilidade das Secretarias do Município, da Saúde e Obras.

O período de execução do projeto social previsto para 13 meses é suficiente para executar as ações propostas. E se houver necessidade, poderá ser ampliado conforme prevê a Portaria nº 547/2011, item 16.2.1: “A execução do trabalho social poderá ser prorrogada, a critério do proponente, como forma de dar continuidade aos processos até então implantados”.

Quanto ao investimento financeiro no projeto social é bastante restrito e prevê poucos recursos, se restringindo a material de consumo pedagógicos/comunicação e gastos em hospedagem e alimentação, não permitindo outras ações.

Enfim, em relação à avaliação é previsto a aplicação de questionários verificando se os objetivos estão sendo atingidos, além de outros instrumentos de comprovação como lista de presença, relatórios descritivos e fotográficos.



Contudo, como não tivemos acesso ao questionário não foi possível verificar se os dados previstos são suficientes para avaliar as ações do projeto e o espaço de moradia, que compreende a unidade básica, estrutura pública e serviços no entorno.

Por último, após análise do Projeto Social do Município de Salto do Jacuí/RS consideramos que o mesmo deverá sofrer algumas alterações para atender o que determina a Portaria nº 547/2011, Programa Nacional de Habitação Urbana, Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50, para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. Sendo que o regime descrito na parte de apresentação (1) está errado devendo ser alterado para Empreitada Global.

\*(Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento . -- Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009)

\*\* (Trabalho Social e Intervenções Habitacionais – Reflexões e aprendizados sobre Seminário Internacional – Ministério da Cidades).

## **8-Pendências**

- Identificar número de Idosos corretamente no item 1 do projeto
- Detalhamento do processo de mudança das famílias;
- Apresentar instrumento de avaliação do Trabalho Técnico Social;
- Ampliar os dados sobre caracterização familiar;
- Alterar o regime de produção do PTTS: para empreitada global.

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2013.

-----  
Alexandre Daniel Noronha  
Técnico Social  
CRP/07-11374

-----  
Cleusa Regina Prates  
Coordenadora da TE-SER